

25 a 27 de maio de 2010 – Facom-UFBa – Salvador-Bahia-Brasil

## A CONTRIBUIÇÃO DAS MEDIAÇÕES COMUNITÁRIAS PARA AS CONSTRUÇÕES IDENTITÁRIAS DOS MORADORES DO BAIRRO PLANALTO AYRTON SENNA, EM FORTALEZA-CE<sup>1</sup>

Robson da Silva Braga<sup>2</sup>

**Resumo:** Este artigo analisa de que modo as mediações comunitárias contribuem para as construções identitárias dos moradores do bairro Planalto Ayrton Senna (também denominado de comunidade do Pantanal), na periferia sul de Fortaleza-CE. Através de pesquisa etnográfica e de entrevistas em profundidade, o espaço do bairro foi descrito e analisado para compreendermos como os discursos de líderes comunitários e demais moradores sofrem interferência das mediações culturais de âmbito local, contribuindo para construções identitárias de afirmação, negação ou indiferença ao espaço comunitário. Além dos líderes comunitários, peças centrais para as construções identitárias, outras mediações devem ser destacadas, como o espaço do trabalho e do lazer e o convívio com moradores mais antigos.

**Palavras-chave:** mediações culturais; comunidade; identificações culturais; representações sociais

### 1. Introdução

Este artigo analisa de que modo as mediações comunitárias contribuem para a construção identitária dos moradores do bairro Planalto Ayrton Senna (também denominado de comunidade do Pantanal), na periferia sul de Fortaleza-CE. Através de pesquisa etnográfica e de entrevistas em profundidade, o espaço do bairro foi descrito e analisado para compreendermos como os discursos de líderes comunitários e demais moradores sofrem interferência das mediações culturais de âmbito local, contribuindo para construções identitárias de afirmação, negação ou indiferença ao espaço comunitário. De um *corpus* mais amplo de pesquisa, selecionamos os discursos de dois líderes comunitários e de três moradores do bairro para este artigo, exemplificando os resultados obtidos após três anos de pesquisa naquela comunidade.

A própria mudança de nome do bairro, de Pantanal a Planalto Ayrton Senna, e os decorrentes conflitos internos entre lideranças comunitárias e demais moradores, já dão uma ideia de como as construções identitárias do local são conflituosas. Em 1990, cerca

<sup>1</sup> Artigo resultante de pesquisa de mestrado, desenvolvida com apoio financeiro da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Funcap).

<sup>2</sup> Professor do curso de Comunicação Social da Faculdade Evolutivo (FACE). Tem graduação e mestrado em Comunicação pela Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: [robsonsilvabraga2@gmail.com](mailto:robsonsilvabraga2@gmail.com).

de 4.081 famílias ocuparam uma extensão de terras de 118 hectares, ao sul de Fortaleza, e o denominaram de Pantanal<sup>3</sup>. O grupo enfrentou diversos conflitos com os supostos donos da terra e com o poder público, que deixou o local, durante anos, desprovido de saneamento básico, água, pavimentação e energia pública.

Em novembro de 1993, dois homens sobre uma moto assassinaram três adolescentes na região próxima à comunidade. O episódio ficou conhecido nos meios de comunicação de massa da cidade como Chacina do Pantanal e maculou o bairro com os estigmas da violência e miséria. Alguns programas policiais, principalmente os televisivos, exploraram exaustivamente as tão alegadas criminalidade e pobreza do bairro, contribuindo, assim, para a construção de uma imagem negativa do Pantanal.

Após sete anos da Chacina do Pantanal, em março de 2001, um grupo comunitário se reuniu para organizar um “plebiscito popular” no bairro. O objetivo era eleger um novo nome para o local, a fim de desvincular a comunidade do episódio da Chacina e dos estigmas da violência e pobreza. Após uma consulta popular (2001) e a oficialização do bairro Planalto Ayrton Senna (lei municipal 8.699/03), acirraram-se as disputas entre as lideranças comunitárias, umas favoráveis, outra contrárias à mudança de nome. Por um lado, dizia-se que seria o fim do estigma; por outro, achava-se que a comunidade estava perdendo sua “identidade” e esquecendo sua história.

Em 2003, quando o bairro Planalto Ayrton Senna foi oficializado pela Câmara de Vereadores de Fortaleza, várias lideranças comunitárias do local tentaram impedir, em vão, através do Movimento Viva Pantanal.

Nesse contexto de disputas, de reivindicação por um lugar de referência na comunidade, os líderes e as associações comunitárias se tornam as principais mediações culturais locais, sendo referências no bairro quando os moradores são estimulados a pensar em temas como memória, identidade e comunidade.

O objetivo aqui não é de enaltecer os líderes como bem-feitores ou sujeitos únicos da história. Pelo contrário. As histórias dos líderes são enfocadas nesta pesquisa como forma de desconstruir discursos heroicos, que consideram os moradores como passivos, apáticos. Ao apresentar algumas das lideranças, contaremos parte das histórias do bairro e tentaremos demonstrar o quanto os discursos considerados oficiais – como é o caso da fala dos líderes – contribuem para a formação de um imaginário sobre o bairro e de identificações culturais por parte dos moradores.

---

<sup>3</sup> O nome Pantanal era alusivo à novela, homônima e contemporânea, da extinta TV Manchete, devido à semelhança vegetal do bairro com o espaço em que a trama foi ambientada, o Pantanal Mato-grossense. Atualmente, muito dessa vegetação foi alterada pela urbanização crescente do bairro.

Antes, trazemos a discussão sobre o modo como os moradores se apropriam de elementos que compõem a memória e o presente do bairro, em especial, os discursos dos líderes comunitários sobre a comunidade.

## **2. Apropriações identitárias no espaço comunitário**

Embora utilize a expressão “reprodução cultural”, Williams (1992) aponta um “evidente problema” nela para compreendermos o modo como sujeitos se reutilizam dos elementos culturais trazidos à tona por outros indivíduos, práticas e estruturas sócio-culturais que compõem o todo cultural. O autor compreende que nenhum aspecto da cultura é suficientemente certo para ser fidedigno. Isso significa que nenhum produto, símbolo ou estrutura social será “absorvido” pelos sujeitos tal qual eles foram concebidos. Sempre há, no processo de transmissão cultural, algo que é perdido no meio do caminho, algo que é adicionado ou algo que simplesmente não chega a seu destino: o interlocutor. Mesmo assim, os elementos culturais são implicitamente reprodutíveis.

Williams (1992) chama atenção para algo que parece óbvio, mas que – por se tratar de um elemento que possui longa vida pretérita, a cultura – deixamos de considerá-lo com frequência: a produção. O autor (1992, p. 198) considera que “as ordens sociais e as ordens culturais devem ser encaradas como se fazendo ativa e continuamente, ou podem muito rapidamente desmoronar”. As produções, além de compatíveis com uma ordem social, propiciam artifícios para a sua reprodução.

Outros sociólogos e antropólogos ampliam o conceito de “reprodução” de Raymond Williams e dão a ele outras denominações, como é o caso do conceito de “apropriação cultural”. Thompson (1995, p. 403) defende que a “apropriação cotidiana das mensagens [...] pode ser estudada através da combinação da análise sócio-histórica e a pesquisa etnográfica”. Partindo dessa concepção, consideramos a combinação de fatores históricos e etnográficos como uma forma de compreender a apropriação de produtos culturais pelos sujeitos a partir de uma compreensão ampla, que englobe aspectos históricos, cotidianos e psicológicos. É nesse sentido que traçamos a nossa metodologia de pesquisa.

Se ampliarmos a ideia de reprodução ou apropriação, poderemos chegar à discussão das formas de consumo utilizadas cotidianamente. Certeau (2007) investiga as “operações dos usuários”, que, interligadas, compõem esse todo chamado cultura.

Certeau enfatiza, em sua obra, o “ato enunciativo” como uma das maneiras que os sujeitos se utilizam para criar.

Criar, inventar, produzir arte. A hipótese central do autor gira em torno dessa questão: mesmo que os sujeitos não demonstrem posicionamentos perante sua cultura através de atos, falar ou, simplesmente, ficar em silêncio já é por si só uma postura – consciente ou inconsciente – adotada pelo sujeito com relação aos símbolos e às estruturas que compõem sua cultura.

Os usuários de cultura criam suas “maneiras de fazer”, que “constituem as mil práticas pelas quais [...] se re-apropriam do espaço organizado pelas técnicas da produção sócio-cultural” (CERTEAU, 2007, p. 41). Certeau utiliza a expressão “bricolagem” para definir as táticas usadas diariamente pelos sujeitos para recompor os produtos culturais a partir de seus próprios interesses e de suas próprias regras. São essas apropriações cotidianas que fazem da cultura algo dinâmico, incapaz de ser “reproduzido” unilateralmente e sem rupturas.

Para que as representações apresentadas por uma pessoa sobre si e seu contexto tenham valor para seu público, ela precisa ter alguma influência sobre ele. Se o sujeito não possui o reconhecimento das pessoas que lhe cercam, suas representações também não terão (GOFFMAN, 1975).

Na relação com o outro (alteridade), com o diferente, é possível sentir-se marginalizado; sentir que os espaços públicos não o pertencem de fato. Porque na construção de sua identidade – que também é imposta – uns setores das classes subalternas, muitas vezes, colocam-se “no seu devido lugar”, enquanto outros reivindicam outras identidades, ora diferentes das negativas impostas, ora distintas das atribuídas às classes dominantes, ora bem semelhantes/adequadas a essas.

O estabelecimento de diferenças e identificações constituem processos linguísticos inseparáveis, considera Silva (2007: 75). “As afirmações sobre diferença também dependem de uma cadeia, em geral oculta, de declarações negativas sobre (outras) identidades. Assim como a identidade depende da diferença, a diferença depende da identidade”.

Partindo da conceituação e exemplificação do autor, consideramos o seguinte: quando se diz “sou morador do Pantanal”, está se dizendo, na verdade, “não moro na Parangaba”, “não moro na Parquelândia”, “não moro no Meireles”, todos bairros de Fortaleza. Só é possível se sentir morador de um bairro devido ao conhecimento que se

tem da existência de vários outros. A diferenciação e identificação estão, portanto, imbricados.

As finalidades desse processo podem ser de incluir/excluir (“estes pertencem, aqueles não”), demarcar fronteiras (“nós” e “eles”), classificar (“bons e maus”, “ricos e pobres”) e normalizar (“nós somos normais, eles são anormais”). É importante enfatizarmos aqui a ideia de classificação, como uma marca fundamental do objeto deste trabalho. Silva (2007, P. 82) considera que o processo de classificação pode ser entendido como “um ato de significação pelo qual dividimos e ordenamos o mundo social em grupos, em classes”.

Na análise desse processo, é preciso considerar as relações de forças que o perpassam, afinal, “dividir e classificar significa, neste caso, também hierarquizar”. E, em uma sociedade tão hierarquizada, nem todos os sujeitos detêm o “privilégio de classificar”. Silva (2007, 81) afirma que “a identidade e a diferença estão [...] em estreita conexão com relações de poder. O poder de definir a identidade e de marcar a diferença não pode ser separado das relações mais amplas de poder. A identidade e a diferença não são, nunca, inocentes”.

É nesse contexto de relações de poder que tentaremos compreender o modo como os moradores do Planalto Ayrton Senna apreendem representações sobre o bairro e constroem identidades culturais sobre si e o espaço comunitário. As mediações culturais às quais esses sujeitos estão imersos são, portanto, fontes de informação ou informações em si, que ajudam a compor o olhar que lançam ao espaço onde residem.

### **3. As relações de poder no espaço do bairro**

O bairro é, segundo Martín-Barbero (2006), o espaço onde as principais trocas sociais acontecem e transformam as relações cotidianas, dando dinamicidade à cultura das cidades. O autor (2006: 276) apresenta alguns dos potenciais transformadores da vida social, presentes no espaço do bairro, e, desse modo, critica a concepção que percebe esse espaço “como ‘dormitório’ ou universo do familiar e do doméstico, como simples espaço da reprodução da força de trabalho”.

O bairro surge, então, como o grande mediador entre o universo privado da casa e o mundo público da cidade, um espaço que se estrutura com base em certos tipos específicos de sociabilidade e, em última análise, de comunicação: entre parentes e entre vizinhos. O bairro proporciona às pessoas algumas referências básicas para a construção de um a gente, ou seja, de uma “sociabilidade mais ampla do que aquela que se baseia nos laços familiares, e ao mesmo

tempo mais densa e estável do que as relações formais e individualizadas impostas pela sociedade”<sup>1</sup> (MARTIN-BARBERO, 2006, p. 276-277).

Devido às instabilidades do mercado de trabalho, o bairro se configura como o espaço em que as identidades culturais são constituídas com mais força, dentre as classes mais subalternas das cidades. E se é nesse espaço que a cultura se transforma mais intensamente e as identidades são construídas com maior potência, o reconhecimento da influência das mediações comunitárias para as construções identitárias torna-se fundamental para esta pesquisa.

Claro que essas mediações e os sujeitos que ocupam o espaço do bairro sofrem influências de outras mediações culturais mais fortes e, inclusive, mais potencialmente transformadoras, como é o caso das mídias convencionais.

Nas relações comunitárias estabelecidas nas periferias das grandes metrópoles, um dos agentes mais engajados politicamente e, por isso, mais potencialmente transformadores da vida cotidiana é a figura do líder comunitário.

No Pantanal, não é diferente. Embora o grupo comunitário tenha unido forças, minimamente, para conquistar políticas públicas para o espaço e para se manterem no local ocupado, a comunidade desde cedo apresentou conflitos entre os vários líderes comunitários e entre suas associações.

No discurso sobre as histórias do bairro e acerca do que hoje ele seria, percebe-se, entre os moradores, uma referência constante às lideranças comunitárias, o que nos faz pensar que elas mediam, positiva ou negativamente, as relações que os moradores estabelecem com essa memória acerca do bairro. Como se fossem detentoras de um conhecimento só possível de ser acessado caso elas permitissem.

Percebendo o papel fundamental estabelecido pelos líderes dentro da comunidade, alguns atores sociais se identificam como tal e tentam angariar adeptos na sua empreitada. No entanto, devido às disputas políticas e pessoais, a figura do líder torna-se uma pessoa não só estimada, mas também odiada, o que faz dele um alvo de críticas e divergências, as mais variadas possíveis.

Se quisermos usar os termos de Elias (2000), poderemos definir como “estabelecidos” e “outsiders” vários grupos e pessoas presentes na comunidade do Pantanal. O autor usa os dois termos para designar, respectivamente, grupos de majorias e de minorias, sendo o primeiro responsável por estigmatizar o segundo. Entre eles, há uma disputa de poder constante, ora consciente, ora inconsciente. No caso interno ao

Pantanal, não se trata de estigma entre estabelecidos e outsiders, e sim de um se tornar referência e ter sua competência respeitada pelo outro.

Dessa relação, podemos exemplificar com o fato de os “donos” / diretores das associações do Pantanal morar na comunidade desde o início da década de 1990. Os moradores mais recentes que moram de aluguel ou não estão dispostos a interferir nessas formas de mediação cultural, ou sequer se sentem convidados para tal. “O Pantanal tem uma história curiosa. Muitos sabem, mas quem chegou depois do ano 2000 tem muito o que saber ainda”, diz Seu Vicente<sup>4</sup>, um dos primeiros moradores em vídeo da TV Janela<sup>5</sup>, dividindo a comunidade em dois grupos, o dos moradores originários, assim como ele, e o dos mais recentes, que desconheceria a história de luta local.

#### **4. Os discursos personalistas dos líderes comunitários**

“Quem sabe contar isso bem direitinho é a Liege”. “A Liege foi quem organizou a invasão”. “A Liege já foi presa três vezes”. Boa parte dos moradores por que passo nas ruas e que questiono sobre a biografia da comunidade indica Liege Costa, de 60 anos de idade, como a sabedora da história, aparentemente, reconhecida como “confiável”. A atuação política dela dentro da comunidade parece respaldá-la como fonte histórica oficial.

De fato, se hoje Liege não tem muita credibilidade e respeito de grande parte dos moradores do Pantanal, ao menos já os possuiu um dia, pois foi ela quem organizou a lista de famílias e as reuniões mensais para a ocupação das terras em 1990, ainda morando no bairro vizinho – o José Walter – e exercendo a função de cabeleireira em seu próprio salão de beleza.

Ela é baixa, morena, tem traços faciais indígenas e tingi os cabelos curtos e volumosos de loiro. Conversa baixo, sorri de modo muito contido e me leva até sua casa, onde também funciona a associação que preside, a Associação Comunitária São Francisco. A fala dela nos leva a um cenário de resistências e conquistas possibilitadas pela sua própria atuação política durante e após a ocupação.

---

<sup>4</sup> Seu Vicente, sapateiro e um dos primeiros moradores do Pantanal, faleceu em novembro de 2010. Meses antes, procurei-o para entrevista, mas ele já estava doente, internado em um hospital da cidade.

<sup>5</sup> Projeto de audiovisual desenvolvido no bairro pela ONG Instituto de Desenvolvimento Social (IDS). A entidade capacita adolescentes para a produção de vídeos sobre a comunidade, exibidos em telão, no meio da rua, a cada dois meses.

A minha intenção era fazer a maior invasão da América Latina dentro de uma capital, porque eles [as demais ocupações de Fortaleza] invadiam terras pequenas e em locais proibidos, onde não pode haver uma invasão, como existe aqui, dentro de Fortaleza: ali, na Aldeota, na Beira-Mar, essas coisas todas. Então eu resolvi, estudei a terra e disse: “É aqui mesmo”. Aqui não alaga, aqui não tem lama e é aqui onde o povo vai ficar (entrevista com Liege Costa).

Há quem diga que Liege não “preparou a invasão por bondade”, e sim, porque recebia mensalmente das famílias inscritas um valor que ninguém sabe, ao certo, para que servia. No entanto, os depoimentos contrários à Liege só partiram de outras lideranças comunitárias e, por isso, os consideramos como relatos motivados por dissidências políticas e pessoais.

“Eu sou juíza, sou advogada, sou tudo aqui dentro”, afirma Liege, que diz ser amiga de Ciro Gomes (à época, governador do Estado pelo PSDB) e inimiga de Tasso Jereissati (então ex-governador pelo PSDB). “Quando eu cheguei no gabinete do Ciro, ele disse: ‘Por que você não disse que era você, Liege?’”, conta ela referindo-se ao dia em que procurou Ciro, então governador, para resolver questões ligadas à ocupação.

Já da porta de sua casa, Liege aponta o prédio do Centro Educacional Cardeal Aloísio Lorscheider, um centro feito pelo Governo do Estado, durante a gestão de Jereissati, para reabilitação de adolescentes em conflito com a lei, o que causa certa tensão entre os moradores da comunidade, pela possibilidade de rebeliões e fugas. “Isso aí foi o Tasso que fez pra me provocar”, Liege fala em tom de rancor.

Em nenhum momento, a comunidade é descrita como agente das lutas de inserção e permanência na terra. Assim como ela mesma, quem também é descrito como sujeito – passível de agência – são os políticos cearenses Ciro Gomes e Tasso Jereissati, assim como delegados de polícia e outros representantes da lei ou da força. Dessa forma, Liege se coloca na condição de sujeito tradicional da história: destaca-se dos “demais” da comunidade ao se colocar como referência, numa postura também característica da sociedade patriarcal, em que os “ícones heroicos” prevalecem. A centralização política na figura dos líderes torna-os referências constantes nos discursos do moradores e, conseqüentemente, mediações centrais na construção das identificações culturais por parte dos demais moradores.

Apesar de Liege ser a liderança mais citada pelos moradores, sua associação é pouco conhecida na comunidade. Quando perguntados sobre entidades comunitárias, os moradores quase sempre citam a União dos Moradores do Pantanal (UMP), a única a realizar eleições bianuais para escolha de sua diretoria. Além da UMP e da Associação São Francisco (que não realiza eleições e seu único membro é Liege), há, pelo menos, cinco outras associações dentro da comunidade, algumas delas existindo apenas



oficialmente. Esse elemento demonstra as disputas de poder estabelecidas dentro do bairro e as resultantes construções identitárias do local.

### **5. Tornando-se referência: o líder que mudou o nome da comunidade**

As várias relações de poder que são estabelecidas a partir das inúmeras mediações cotidianas contribuem para a construção de identidades sociais muitas vezes conflituosas. Em um espaço já ocupado por todos os lados e reivindicado por inúmeras lideranças comunitárias, sempre são necessárias formas novas e criativas de se inserir e ganhar respaldo. Quem ganhou destaque nessa empreitada foi o líder comunitário Adalberto Ribeiro, mais conhecido como Tukano, devido ao formato de seu nariz.

Ele tem 37 anos de idade e é uma liderança comunitária que não vivenciou os primeiros momentos de formação da comunidade, tendo chegado ao local em 1994. Cheio de muita energia, as mãos falam junto com a boca, que tem cuidado de expressar um sorriso largo e constante. Muito magro, branco, de estatura mediana, Tukano anda apressado, fumando um cigarro comum, vestindo calça jeans básica e camisa básica larga. A associação que preside funciona como um anexo de sua casa, no compartimento de entrada. Também não há eleições, sendo ele o presidente vitalício.

Após ter criado cinco associações que não alcançaram prestígio na comunidade, Adalberto criou, em 2001, a Acodhes (Associação Comunitária para o Desenvolvimento Humano e Social) com o objetivo específico de mudar o nome do bairro. A justificativa era de que a nomenclatura Pantanal representava “coisa pantanosa” e que estava estigmatizada como lugar “miserável” e “violento”.

Mesmo não tendo chegado ao Pantanal no início da ocupação, em 1990, Tukano conta com desenvoltura a história que não vivenciou, como se dela tivesse participado. Como não esteve no local durante esse período, sua atuação nesses primeiros momentos vividos pela comunidade parece que apenas foi omitida em seu discurso. Mas o interlocutor pode até ter a sensação de que Tukano esteve ali, pois ele descreve, com precisão, cenários e personagens da história do local.

Aqui era uma diversidade muito grande, de muita gente, né, de vários cantos, parecia mais uma Babilônia, ninguém se entendia muito, porque era muita cultura num canto só. Eu me lembro que, na época, nós participamos de vários eventos pela conquista da terra. Porque a gente sempre ouvia comentários: “Vai derrubar ali! Lá vem os tratores!”, havia essas ameaças que, de fato, não tinham consistência (Entrevista com Adalberto Ribeiro, o Tukano).

Historicamente, a comunidade do Pantanal tornou-se sinônimo de miséria e violência em Fortaleza, devido, principalmente, à Chacina do Pantanal. Apesar de esses estigmas serem comuns a quase todas as periferias das grandes cidades, alguns moradores, dizendo-se cansados do preconceito, decidiram “dar uma nova cara” ao bairro. Para eles, a mudança de nome mudaria a imagem do local. Essa decisão, no entanto, foi “inventada” por Tukano, que, em 2001, mobilizou a população do bairro para participar de um plebiscito popular que definiria um novo nome para o bairro ou a manutenção da nomenclatura Pantanal, que, de antemão, foi depreciada pelo líder, em conversas informais com os moradores e em panfletos distribuídos pela comunidade.

“Planalto” é o seguinte: pra podermos dar essa conotação de bairro, tinha que ser uma coisa bonita, né? Tinha que ser um negócio bonito. Tinha a sugestão do povo, mas tinha que ter a simplificação. Então planalto era a questão geográfica do local: um planalto, muito simples. Poderia ter ficado “Planície Ayrton Senna”. Mas como era um plano alto, que não alagava, nem nada, era exatamente pra dizer o contrário de pantanal, porque pantanal dava aquela impressão de alagamento, de num sei o que, de bicho, e não era nada disso, né? Mas quando a gente mexeu nessa questão da mudança, de batizar a comunidade, nós estávamos preocupados era com o preconceito que existia. Não era nem com o nome, não. Poderia continuar Pantanal, sem problema, mas que fosse um nome oficial, que tivesse registro, pra gente reivindicar, dizer: “Ó, nós existimos, queremos ser bairro oficial” (Entrevista com Adalberto Ribeiro, o Tukano).

Com os devidos cuidados para que o “espetáculo político” ganhasse o interesse da mídia local, a contagem dos votos foi feita em frente à Câmara Municipal da cidade, onde mais tarde Tukano conseguiria a oficialização do novo nome do bairro. Segundo os dados apresentados pela Acodehs, foram 11.247 votos ao todo, sendo 3.363 (29,9%) para “Conjunto Habitacional Ayrton Senna”. Houve 833 votos para a opção “prefere não mudar” (7,4%)<sup>6</sup>. A apuração foi realizada no pátio da Câmara Municipal, no dia 26 de junho de 2001. Através do plebiscito, a associação ficou conhecida pela mídia como a associação que, de fato, representava a comunidade do Pantanal.

Quando o espetáculo ganhou ares midiáticos, os demais líderes comunitários, apoiados pelos moradores mais antigos, foram às ruas da comunidade e aos jornais da cidade para dizer que discordavam da mudança de nome. Eles alegaram que a medida poderia ocasionar a “perda de identidade” do bairro, um esquecimento da história da comunidade e do processo de construção do espaço. Obrigados a deixar de lado, momentaneamente, suas diferenças político-pessoais, os líderes contrários à medida de Tukano organizaram o movimento Viva o Pantanal, realizando diversas manifestações pelo bairro, exigindo a manutenção do nome antigo do local.

Pantanal e Planalto Ayrton Senna, em termos de delimitação espacial, não denominam um mesmo espaço, uma mesma vivência, nem um mesmo grupo social. Oficialmente, Pantanal

---

<sup>6</sup> Os demais votos foram para Tiradentes (1.008 votos, 9% do total), Dragão do Mar (1.213 votos, 10,8%), Jardim Ouro Verde (1.793 votos, 15,9%), Novo Brasil (768 votos, 6,8%), Cristo Rei (1.539 votos, 13,7%), Alameda do Sul (664 votos, 5,9%), brancos (18 votos, 0,2%) e nulos (48 votos, 0,4%).

é hoje apenas uma das oito comunidades que compõem esse espaço que, desde 2003, é chamado de Planalto Ayrton Senna. Antes, as oito faziam parte do bairro vizinho, o Mondubim.

Dentre os moradores, alguns não admitem ser chamados de “morador do Pantanal”, reivindicando o título Planalto Ayrton Senna. Já outros continuam falando com muita espontaneidade que moram no Pantanal. Dentre os jovens, a alusão ao Planalto Ayrton Senna e a recusa ao “pântano” é mais recorrente, o que demonstra que a adesão às ideias da Acodhes – uma associação bastante recente, cuja proposta desvinculou o nome do bairro não só os estigmas, mas a própria história e a memória – estão relacionadas à pequena interferência das mediações mais antigas da comunidade e à ínfima relação afetiva e temporal com o espaço.

## **6. Discursos dos moradores do Pantanal ou Planalto Ayrton Senna**

Analisaremos, agora, de que modo os moradores se apropriam dos discursos sobre o bairro, apresentados pelas várias mediações comunitárias que os circundam, em especial, através dos discursos dos líderes comunitários. O objetivo é compreender como e por que a comunidade aqui apresentada se apropria de representações e identidades culturais no seu dia-a-dia. Seleccionamos o discurso de três moradores do bairro para compreendermos de que modo suas vivências no bairro e as relações interpessoais interferem no imaginário sobre o local e nas construções identitárias.

Foram realizadas entrevistas em profundidade com um casal de moradores mais ligado à formação da comunidade (às lutas pela permanência no espaço ocupado) e que optam pelo nome original, Pantanal; uma moradora um pouco mais recente, que não esteve ligada à formação da comunidade (apesar de acessar essa memória através de amigos), preferindo a nova nomenclatura, Planalto Ayrton Senna; e um adolescente, sem o contato direto com a formação do bairro, mas que vive o presente e acessa o passado através das memórias de sua mãe, que participou da ocupação, em 1990.

O casal que apresento a seguir traz, em seus discursos, uma jornada árdua de trabalho em fábrica e em casa, o que contribui para que, mesmo estando relativamente ligados ao “passado de lutas”, eles omitam ou pouco enfatizem as histórias de solidariedade e de mobilização popular, sempre associadas à formação da comunidade pelos moradores mais antigos. Dona Alzira e seu Altemar<sup>7</sup> demonstram-se conscientes sobre seu lugar de fala, já que não se consideram uns dos “primeiros moradores” do Pantanal, citando a expressão “de luta” para definir os mais antigos.

---

<sup>7</sup>O nome de todos os entrevistados é fictício, como forma de lhes preservar a identidade.

Apenas três anos são suficientes para criar um abismo imaginário entre os primeiros moradores e o casal, já que chegaram ao local em 1993. O casal morava no bairro da Maraponga, a poucos quilômetros dali, quando os pais de Alzira, que já moravam aqui, convenceram-no a se mudar para o local.

Os dois não possuem muitos vínculos diários com o bairro, restringindo-se ao espaço do lar e do trabalho. Apesar de fazer parte da UMP, o trabalho de Alzira é mais interno, diferentemente de dona Bárbara – presidente da associação e uma das primeiras moradoras do bairro –, que dialoga mais com os moradores. Ela justifica a quase nula atuação social dentro do bairro argumentando que “todo mundo precisa trabalhar pra se manter”. “Pra tomar de conta de uma associação, um líder tem que ter cem por cento do seu tempo livre pra tomar de conta daquela associação ali em benefício da comunidade. Mesmo quem trabalha e chega em casa morto de cansado”, justifica Alzira citando a si mesma indiretamente.

“Eu conheço quase todo mundo aqui dentro, mas eu não sei nem o nome das pessoas. Às vezes eu conheço, sei o nome, mas não sei onde mora direito”, ri Alzira de si mesma. Quando peço para eles descreverem o “morador do Pantanal”, Alzira toma a frente e cita o nome de dona Bárbara, a presidente da UMP. “Pra mim, quem representa bem o bairro é a dona Bárbara. Ela é uma guerreira, porque ela luta muito pelo bairro, porque ela é uma líder, né, comunitária”. Seu Altemar faz pequenas inserções: “O pai dela [da dona Bárbara] foi o fundador, né?”. “O pai dela foi o fundador da Igreja Católica”, delimita a esposa, “e ela dá a vida dela pelo Pantanal”, conclui.

A segunda entrevistada, Regina, de 41 anos de idade, comporta-se, durante as conversas, como porta-voz do bairro, falando sobre aspectos negativos da comunidade apenas quando questionada sobre eles e, mesmo assim, minimizando-os. “Pelos contatos que eu tenho com os moradores daqui, eu acho que eles pensariam do mesmo jeito que eu tô pensando: não iriam falar [mal] do bairro, porque muitas coisas mudaram, eles estão vendo que muitas coisas boas aconteceram e tão acontecendo”, avalia.

Ela faz alusões, a todo instante, à ascensão do “Planalto” – como denomina intimamente o local – de modo a falar da sua própria emergência socioeconômica. Nascida no interior da Paraíba, em condições econômicas adversas, mudou-se para Fortaleza com a família e cresceu financeiramente através de seu trabalho.

Pantanal não existe mais, Pantanal é coisa do passado [...] Pantanal vem mais de... Às vezes, as pessoas brincavam assim: “Tu mora onde, no Pantanal, é?”. “É”. “Viche, lá é cheio de cobra, de jacaré...” Porque o [nome] Pantanal vem mais de floresta, né, e o bairro é um bairro desenvolvido, com comércio, essas coisas... Não combina mais com o nome Pantanal [Já combinou?, pergunto]. Já combinou, porque todo bairro quando é invadido, ele é começado

[com aparência de] Pantanal, aí depois é que muda o bairro. Presidente Kennedy [bairro onde sua mãe mora] era um alagadiço (Entrevista com Regina, moradora do Planalto Ayrton Senna).

Desse modo, a ascensão do bairro é sempre decorrência, em sua fala, do trabalho árduo individual, estando omitido de seu discurso o trabalho coletivo de fixação da comunidade no espaço, no início da ocupação, momento histórico que não viveu. Apesar de ter tido acesso a essas informações sobre a formação do bairro, através de seus amigos mais próximos (que vivenciaram a ocupação), o fato de não ter vivido esse período faz com que ela não o enfatize.

A história de Regina no “Planalto” se inicia em 1995, cinco anos depois da ocupação que deu origem ao espaço comunitário. Apesar de, àquela época, a comunidade ainda ter Pantanal como único nome, Regina não fez parte das primeiras mobilizações e dos momentos mais difíceis vividos pelo grupo original. Em seu discurso, percebe-se um grande apego ao bairro, mas não ao nome Pantanal e às suas representações mais positivas associadas a ele – luta e união –, trazidas pela fala dos mais antigos moradores e da maioria das lideranças.

A fala de Regina aproxima-se da fala de Tukano, por exemplo, que chegou à comunidade um ano antes dela. Ele carrega no discurso as ideias de luta e união de um período que não vivenciou. E por não vivenciar se tornou mais fácil para ele se desfazer de uma nomenclatura impregnada por essas duas representações, tão presentes no imaginário dos mais antigos.

Jovem atendido há seis anos por projetos do Integrassol (ONG que desenvolve trabalhos sociais com crianças e adolescentes do bairro Planalto Ayrton Senna) e integrante da Comunidade Rainha da Paz (da Igreja Católica da comunidade), desenvolvendo, voluntariamente, trabalhos sociais e religiosos com crianças e adolescentes, dentro e fora da comunidade. O lugar de fala de nosso terceiro entrevistado, Daniel, de 19 anos de idade, permite-nos uma compreensão mais clara de seus discursos e de suas construções identitárias. Outra mediação dele com o bairro são as vivências comunitárias da mãe, que participou da ocupação do espaço, em 1990, e por isso defende a manutenção da nomenclatura Pantanal.

Daniel fala, de modo muito vago, o que ouviu falar sobre aquele período, já que tinha apenas um ano de idade durante a ocupação. “Eram só umas barracas, não tinham casas”. Já no bairro, a mãe se casou com outro homem e, com ele, teve duas filhas. Daniel lembra das andanças pela comunidade com o avô, parente já falecido ao qual era

muito apegado. “Eu tinha seis, sete anos, gordinho, quando eu saía com meu avô. A gente andava muito e eu encontrava os meninozinhos pra brincar de bola”.

Eu diria que tem muitas pessoas aqui dentro, não é o que dizem lá fora, que é um bairro violento. Todo local é violento, não existe um local que seja “paz eterna”. Tem, sim, assalto aqui, tem morte, mas pra quem busca. Sempre tem, mas é um lugar tranquilo. Tem muitos talentos aqui dentro, muitas pessoas boas, muitas pessoas que vão lhe acolher com certeza (Entrevista com Daniel, morador do Pantanal).

Então “você mora no Pantanal?”, pergunto-lhe, enfatizando o nome. “É, no Pantanal, porque aqui, antes, era o nome de Pantanal, depois o governo quis mudar o nome pra Planalto Ayrton Senna, mas, desde o início, é Pantanal”. Após dar várias informações incorretas sobre a mudança de nome do bairro – como afirmar que a mudança de nomenclatura foi feita pelo governo, durante as eleições e com “fins eleitoreiros” –, Daniel é categórico: “Todo mundo aqui chama de Pantanal. Se você for perguntar o nome verdadeiro daqui, vão dizer que é Pantanal”. “Em nenhum lugar você chama de Planalto Ayrton Senna”. “Só em cantos mais formais, como no trabalho, que precisa de um pouco mais de formalidade”.

Daniel prefere a nomenclatura Pantanal, “porque é a origem”, mas não tem “nenhum problema” com o novo nome do bairro. Essa é a origem não só do bairro, mas da nova vida que mãe dele ganhou, ao se permitir tentar a vida em um lugar que tinha tudo para ser inóspito e não o foi.

## **7. Considerações finais**

Os moradores entrevistados apresentaram particularidades quanto à história de vida, à relação cotidiana com o bairro e, principalmente, acerca do período em que se mudaram para ali. Esses fatores, responsáveis por compor a subjetividade desses sujeitos, tornaram-se os pontos centrais para se entender as identificações que esses sujeitos estabelecem com o bairro onde residem.

Dentre os entrevistados, dois perfis de morador são mais recorrentes: o morador ligado às origens da comunidade, ao seu processo de estruturação do local; o morador chegado ao bairro depois da Chacina do Pantanal, quando o bairro ocupou o imaginário da cidade como “bairro miserável e violento” e quando as primeiras dificuldades e a consequente união estratégica já havia findado. Dentro deste segundo grupo, ainda seria possível distinguir dois sub-perfis: o morador que não viveu essas dificuldades iniciais da comunidade, mas que ouviram falar delas por terem amizade e conviverem com os

moradores mais antigos; e o morador mais recente que não tem, entre seus vínculos de vizinhança e amizade, pessoas ligadas a esse período histórico.

Por si só, o fato de o morador haver chegado ao bairro no início da ocupação, logo depois dela ou muito tempo depois não define a percepção que eles têm acerca da comunidade. Outros aspectos como a história de vida, a relação com outros espaços da cidade e a vivência cotidiana dentro da própria comunidade contribuem para a formação do olhar acerca dos espaços e dos sujeitos que compõem o Pantanal ou o Planalto Ayrton Senna.

## **8. Referências bibliográficas**

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade – a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

\_\_\_\_\_. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano. Volume 1: Artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 2007.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L.. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2002.

GOFFMAN, Erving. **Estigma – Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1988.

\_\_\_\_\_. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1975.

HALL, Stuart. **Da Diáspora – Identidades e Mediações Culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da Unesco no Brasil, 2003.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

PAIVA, Raquel. **O Espírito Comum - Comunidade, Mídia e Globalismo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença – A perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Petrópolis: Vozes, 1995.